ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELIZ REALIZADA EM DEZ DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezenove horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Feliz, realizou-se a VIGÉSIMA SEGUNDA sessão ordinária da 15ª Legislatura, que foi presidida pelo Vereador Presidente Luiz Egon Kremer e Secretariada pelo Vereador Jorge Zimmer. Estiveram presentes, os Vereadores: Joseane Hahn, Leonardo Mayrer, Roberto Munchen, Rafael Auler, Jair Roberto Sehnem, Junior Freiberger, Marcelo Antônio Muller e Valdecir Kronitzky. Invocando a proteção de Deus, o Presidente Luiz Egon Kremer declarou abertos os trabalhos da presente Sessão. Invocando a proteção de Deus, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que procedesse a LEITURA DA SEGUINTE ATA: Ata da 21ª Sessão Ordinária realizada no dia 03 de agosto de 2020. Posta a ata em discussão não houve manifestações. Posta a Ata em votação foi aprovada por todos. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que procedesse a Leitura do EXPEDIENTE INTERNO: Mensagem nº 90, que encaminha o Projeto de Lei 81/2020; Mensagem nº 91, que encaminha o Projeto de Lei 82/2020. EXPEDIENTE DOS VEREADORES: Indicação 21/2020, de autoria do vereador Roberto Munchen; Indicação 22/2020, de autoria do vereador Roberto Munchen. Concluído o PEQUENO EXPEDIENTE, passou-se para o GRANDE EXPEDIENTE: onde o vereador Roberto Munchen expôs que seus pedidos já estão bem argumentados em sua redação, mas tratou de exemplificar alguns casos que presenciou e tem plena convicção de ambos podem ser levados a pratica pela municipalidade. Destacou que há famílias que necessitam de remédios aos finais de semana e que não tem acesso aos que são distribuídos gratuitamente junto ao Posto de Saúde, visto que este está fechado aos sábados e domingos. Sobre o uso de crachás pelo funcionalismo acredita ser importante identificar seus funcionários, para que estes possam ser elogiados quando fazem seu trabalho de maneira profissional, bem como possam ser cobrados quando não há o correto bem fazer dos afazeres. O vereador Junior Freiberger comentou que na última semana foi procurado para prestar esclarecimentos sobre o projeto aprovado na última semana, quanto as alterações do IPTU, visto que para alguns cidadãos deixou-se transparecer que se estava ampliando a área urbana, o que não é o correto. Tratou de pontuar e explicar as duvidas oriundas do Projeto aprovado. Explicou que desde 2015, quando da aprovação do novo Plano Diretor do Município, houve algumas modificações em relação a zona urbana, visando a correta cobrança de tributos por parte do Munícipio. Embora a zona urbana tenha aumentado no Município, abrangendo área próximas a lotes rurais, a legislação federal permite, segundo o edil, que casos comprovados em que há produção rural, possam ser isentos da cobrança do IPTU, cabendo ao Município legislar sobre isso. Acrescentou que Feliz não possuía lei especifica para tal, motivo pelo qual o referido projeto tramitou e foi aprovado na semana anterior pelos vereadores. Passamos então para a ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que procedesse a leitura das seguintes proposições: ***Indicação 21/2020***, de autoria do vereador Roberto Munchen. Após breve discussão foi levado a votação e aprovado por unanimidade. ***Indicação 22/2020***, de autoria do vereador Roberto Munchen. Após breve discussão foi levado a votação e aprovado por unanimidade. ***Projeto de Lei 66/2020***, que ***"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências",*** tendo como relator o vereador Jorge Zimmer e parecer favorável da Comissão. No espaço da discussão, o vereador Junior Freiberger explicou a importância de o Município ceder um funcionário ao Judiciário, apresentando dados sobre os processos de execuções fiscais no qual o Poder Executivo está envolvido, e que representa algo em torno de R$ 4 milhões, no qual se busca trazer de volta aos cofres públicos esta quantia, também com o trabalho deste servidor cedido. O vereador Rafael

Auler disse que foi designado como relator do projeto, mas abriu mão da relatoria, por não ter proximidade com o meio jurídico, solicitando que o colega Jorge Zimmer assumisse então. Disse que ainda não se sentia seguro quanto a decisão que tomaria na votação, precisando se embasar através dos dados que seriam apresentados pelos colegas. Além disso, mostrou sua contrariedade quanto a forma com que os servidores do judiciário estão realizando seus trabalhos no último ano, quando houve greve geral durante cinco meses, além, ainda, da pandemia, sendo que todos os outros setores já retornaram aos seus trabalhos, porém o Judiciário segue sem atender ao público. O vereador Jair Roberto Sehnem também se mostrou desconfortável quando a aprovação do projeto, mas diante dos argumentos trazidos pelos colegas Jorge e Junior, convenceu-se de que a aprovação do mesmo é uma boa medida, visto que o Município sai ganhando com a agilização de processos junto ao Judiciário. A vereadora Joseane Hahn compactuou do pensamento do colega Rafael, pontuando que o Judiciário tem verba própria para este tipo de trabalho, porém se recorre ao Poder Executivo para a cedência de pessoas para dar andamento àquilo que é sua obrigação. Pensa ser lamentável colocar o legislativo na necessidade de aprovar uma cedência, para que o Município tenha seus pleitos agilizados. O vereador Leonardo Mayrer expôs que o único argumento que o faz votar favoravelmente ao projeto é a possibilidade de rompimento do contrato de cedência a qualquer momento. Criticou o fato de que o próprio Judiciário não consiga dar andamento ao que é considerado prioridade. Além disso, em sua opinião o prazo de 5 anos é muito longo para um servidor ficar cedido. Colocado em votação, foi aprovado com sete votos favoráveis e o voto contrário do vereador Rafael Auler. Passamos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS,** onde o vereador onde o vereador Jorge Zimmer utilizou o espaço para tratar da abertura de pavimentações para consertos de redes de abastecimento de água. Disse que esteve na Corsan na última semana e que a autarquia e o Poder Executivo já estão trabalhando para conjuntamente tratar de novos projetos sobre novas pavimentações, onde haja uma colaboratividade para minimizar a necessidade de rompimentos nos pavimentos. O vereador Junior Freiberger tornou a falar sobre a questão da cobertura das linhas de ônibus da Caxiense para os bairros Roncador e Vale do Lobo, onde houve a promessa de retomada destas linhas, para que a comunidade local tenha de volta o transporte urbano. Nada mais havendo, o Senhor Presidente agradeceu a proteção de Deus e declarou encerrados os trabalhos da presente Sessão, lavrando-se a presente Ata que lida, discutida e aprovada em sessão, segue assinada pelo Presidente e Secretário do Legislativo.

Presidente Vereador Luiz Egon Kremer

Secretário Vereador Jorge Zimmer